

A. I. N° - 911335501
AUTUADO - PAULO CESAR PIRES DE AZEVEDO.
AUTUANTES - DILSON OLIVEIRA DE ARAÚJO
ORIGEM - IFMT DAT NORTE
INTERNET - 14/02/06

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0028-05/06

EMENTA: ICMS. INSCRIÇÃO CADASTRAL. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIA POR CONTRIBUINTE COM INSCRIÇÃO CADASTRAL SUSPensa. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO POR ANTECIPAÇÃO. Restou provado que a mercadoria não era destinada a comercialização. Infração elidida. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 04/10/2005, exige ICMS no valor de R\$388,72, mais a multa de 60%, por ter sido encontrado 60 (sessenta) gaiolas, provenientes de São Paulo, acobertadas pela Nota Fiscal n° 032678 (doc. fl. 04), destinada ao contribuinte supra que se encontrava com sua inscrição suspensa em processo de baixa regular no cadastro de ICMS da SEFAZ/BA, conforme documentos às fl. 05.

Foram dados como infringidos os artigos 125, 171 e 353 combinados com os artigos 915, II, “e”, do RICMS aprovado pelo Decreto n° 6.284/97.

Comunicação expedida pelo autuante dirigida ao Supervisor da IFMT DAT NORTE com a recomendação que se aguardasse o próximo plantão fiscal ou manifestação do contribuinte foi anexada à fl. 7 do PAF. Anotou o mesmo que as mercadorias ali relacionadas poderiam não estar vinculada a pessoa jurídica autuada, mas sim se tratar de aquisição para consumo de pessoa física.

No prazo regulamentar, o sujeito passivo em sua defesa à fl. 16 alegou que efetuou a compra para uso próprio e como pessoa física, não se valendo da inscrição de sua empresa que se encontrava inativa perante o cadastro de contribuintes da SEFAZ. Observou também que pagou um preço a mais do que seria exigido se tivesse realizado a compra como contribuinte do ICMS.

O autuante ao prestar sua informação fiscal às fls. 26 e 27 reconheceu que a compra foi feita por pessoa física e não pelo autuado, recomendando a nulidade por atribuir sujeição passiva tributária a pessoa diversa da constante em nota fiscal.

VOTO

O Auto de Infração em lide foi lavrado para exigência de imposto por antecipação do destinatário da mercadoria procedente de outra unidade da Federação (SP), constante na Nota Fiscal n° 032678, emitida pela firma CE Comercial de Embalagens Ltda., (doc. fl. 04), em razão do mesmo encontrar-se com sua inscrição cadastral suspensa no cadastro fazendário.

Da análise das peças processuais, verifico que a aquisição foi efetuada para uso da pessoa natural, sócia da empresa citada, e não para a comercialização posterior. O próprio endereço de entrega dos bens citados é diverso do constante na SEFAZ para a empresa autuada, conforme documentos de fls (03/05). O produto também é distinto daquele que a referida empresa comercializava quando ativa no cadastro estadual, uma vez que aquela tinha como atividade o comercio varejista de ferragens, ferramentas e produtos metalúrgicos e não a avicultura.

Nestas circunstâncias, deixo de declarar a nulidade da ação fiscal, visto que os bens não se destinavam à comercialização, como restou demonstrado nos autos, pronunciando-me pela improcedência da ação fiscal em comento, nos termos do art. 155, § único, do RPAF.

Ante o exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **911335501**, lavrado contra **PAULO CESAR PIRES DE AZEVEDO**.

Sala das Sessões do CONSEF, 06 de fevereiro de 2006.

MÔNICA MARIA ROTERS - PRESIDENTE

CLÁUDIO MEIRELLES MATTOS - RELATOR

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - JULGADOR